

Complexidade e modernidade: os anos 20 e o caminho para um Brasil industrial

Fernando Henrique Lemos Rodrigues¹

Introdução

O presente artigo deseja discutir os acontecimentos da década de 20. Essa década foi marcada pelos últimos dez anos de predominância do complexo cafeeiro paulista no processo de acumulação da economia brasileira. Foi também o período da modernização, urbanização e desenvolvimento de um setor industrial mais sólido e diversificado, especialmente no estado de São Paulo. Os aspectos da sociedade do futuro Brasil-industrial iam tomando contornos mais fortes nesses tempos. O processo de industrialização que se desenvolveu ao longo desses anos finalmente iria se consolidar durante os anos da era Vargas – quando a burguesia industrial do país terá uma política mais favorável às suas ações. Diante disso, devemos olhar a época quando as bases para seu fortalecimento são construídas. Daí a relevância do tema dessa dissertação.

Antes de mais nada é necessário explicitar o conceito de complexo cafeeiro paulista. Pela definição de Cano (1997) essa terminologia abrange “uma economia muito diversificada, com a apropriação de seus frutos mais bem distribuída – impostos ao Estado, lucros e rendas ao setor privado e salários ao trabalhador – do que na maior parte do país” (p. 252). No interior desse complexo é que estava a indústria nacional mais dinâmica da época: a paulista. E é por isso que iremos adotar a postura de salientar as características da economia de São Paulo, pois foi exatamente onde a classe industrial e os demais grupos urbanos (incluem-se aqui o setor bancário, serviços e infra-estrutura urbana e operário) se estabeleceram com maior força.

Um rápido desenho do país antes da Grande Guerra

(1) Graduando – 2º ano. (UNICAMP. Instituto de Economia).

A crise agrária ocorrida ao final do século XIX criou bases para a expansão da produção industrial no Brasil, à medida que liberou as inversões para o setor industrial do complexo cafeeiro paulista e desviou os fluxos migratórios para as cidades, acelerando assim o processo de urbanização, criando uma massa adequada ao capital da indústria para que se tivesse mão-de-obra e formasse um mercado consumidor de bens de consumo (Granziera, 1997: 136).

O setor de serviços também se desenvolvia, a industrialização e a urbanização demandavam energia elétrica, ainda que em pequena proporção se comparada à utilização de outras formas de energia como a térmica.² Mesmo assim, iniciava-se o uso da energia elétrica como força motriz para algumas das indústrias que nasciam – embora ocorressem entraves de natureza técnica, como a dependência da proximidade das quedas d'água – e para serviços públicos, como iluminação de estações ferroviárias, sinalização de ferrovias e até mesmo de algumas fábricas e praças (De Lorenzo, 1997: 161-169).

Em relação aos bancos, a situação era de carência de maior institucionalização, com ausência de autoridade monetária e amparo nas crises de liquidez, poucas opções de captação de recursos a longo prazo – sendo maior expressão destas as letras hipotecárias, com aceitação limitada, se alimentando de depósitos do meio urbano e pouco vínculo com o setor rural (que se relacionava com eles através dos conhecidos comissários). Em 1918, os bancos estrangeiros se apoderavam de aproximadamente 66% dos depósitos feitos no estado de São Paulo, a parte restante ficava praticamente com bancos nacionais da capital (Saes, 1997: 197-199).

Anteriormente à Grande Guerra é notável que o complexo cafeeiro paulista demonstra que possui forças para ir além dos limites das cercas das fazendas de café. Todavia, embora a indústria apresentasse, no período 1909/13, curvas de crescimento que só seriam superadas no período da Segunda Guerra Mundial (Granziera, 1997: 136), o setor de serviços apresentava bancos carentes de uma legislação que permitisse a expansão do crédito e de superação técnica para

(2) Segundo dados do Censo de 1907 demonstrados em De Lorenzo (1997: 167), 64,7% dos estabelecimentos industriais utilizavam energia à vapor, 16,63% utilizavam energia hidráulica e 18,4% já utilizavam energia elétrica.

acelerar a mecanização da produção. Esses fatos só vêm esclarecer mais ainda o fato de o capital proveniente das lavouras ser realmente significativo a ponto de superar esses obstáculos, e outro ainda maior: a ausência do setor de bens de capital.

O imediato pós-guerra: perspectivas, agentes externos, economia mundial

As potências européias, palco principal da Grande Guerra, tinham que reestruturar seus territórios e economias. Destarte, as relações com o resto do mundo diminuíram maciçamente, inclusive com o Brasil.

Nosso país, que durante o conflito assistiu ao cessar dos investimentos na lavoura e o crescimento da produção da indústria, dependia muito do continente europeu para equipar o parque industrial. Essa necessidade vinha do incremento no produto físico industrial ocorrido durante a Primeira Guerra, quando as empresas esbarraram no limite da capacidade – operou-se em turnos e os imigrantes tinham emprego certo no setor.

As então exigidas inversões brasileiras no setor secundário ficam prejudicadas diante de tal fato. Ressalta-se mais uma vez a falta de um setor de bens de capital propriamente dito, que levava o país à dependência das compras de máquinas no exterior (essa, aliás, é uma questão que demoraria décadas para ser resolvida no Brasil). Com esse empecilho, sequer essas compras (de máquinas arcaicas, é verdade) podiam se efetuar e obtinha-se como resultado uma insatisfação da demanda.

Alia-se a esse fator de isolamento europeu o acontecimento mais importante para o sistema capitalista nessa época: realocou-se o eixo econômico mundial. Os Estados Unidos consolidam-se como a nação mais próspera do mundo – para a sorte dos cafeicultores brasileiros, também o país com maior potencial de consumo de café (Granziera, 1997: 140).

Dessa forma, o plantio é retomado. A demanda do mercado norte-americano era enorme. O produto passa a ser comercializado com uma nação capitalista, que caminhava a passos largos para o fordismo e buscava saciar o

potencial econômico do proletariado das indústrias de grande escala. Porém, o fruto se comportaria agora como um produto de massa (Granziera, 1997: 140) e sujeito às leis que regem esses produtos, nem sempre as melhores para quem o comercializa.³

Lamentavelmente, mesmo com essas perspectivas de investimento e com mercado para expansão (a Europa, durante o período de reerguimento não podia vender muito) a indústria não toma a ponta do mecanismo de acumulação de capital na década de 20, ainda que essa década reserve períodos de altos investimentos e uma taxa média de 6,6% de crescimento no estado de São Paulo (Cano, 1998: 197).

A indústria, ainda que se diversifique excepcionalmente desde o início do século (Cano, 1998: 197), não toma a ponta do processo, em grande parte pela ascensão econômica dos Estados Unidos e as implicações desta para a nossa economia.

A década de 20 – o setor exportador, as contas públicas e a política econômica

A grande importância da lavoura cafeeira para o complexo formado em torno dela é inquestionável. Se o café ia bem, a economia brasileira ia bem. Isso se deve ao fato do entrelaçamento da lavoura com várias atividades: primeiramente com a receita do setor público.

O setor público tinha sua principal fonte de receita no imposto sobre importações. Como se sabe, estas tinham sua ocorrência vinculada ao aumento das exportações, não só para se manter um equilíbrio na balança comercial como também a renda interna para a aquisição desses produtos é proveniente direta ou indiretamente – o que será mais especificado com o desenrolar do texto – da receita proveniente das vendas de café no exterior. Concluindo o raciocínio, se, para que houvesse altas quantias gastas com importações, devesse haver grandes volumes

(3) Os produtos de massa, como é sabido, são caracterizados pela necessidade de grandes quantidades, preços pouco elevados e alta elasticidade para as subidas de preço. Um fator adicional, e positivo, nesse processo foi a retirada dos ingleses como intermediários na venda do café, o que possibilitava uma sensível queda no preço internacional, aumentando a demanda. O contato passava a ser mais direto com o consumidor.

financeiros de exportações, o produto das fazendas paulistas ganhava, sem dúvida, a maior importância para o financiamento do gasto governamental (Sarreta, 1997: 217-233).

O produto ganha mais importância até mesmo na atração de empréstimos junto aos bancos europeus – que voltariam a emprestar logo após a recuperação européia – como assinalou Fritsch (1990: 70-104): o capital estrangeiro emprestado seguia a tendência das exportações, pois elas eram o reflexo da economia brasileira. Dessa maneira, a má situação do café carregava consigo o fechamento das portas, ou melhor, dos cofres europeus.

O mesmo autor irá destacar que a política econômica no período não é conduzida apenas para atender os interesses do café. A política monetária era determinada segundo as necessidades do Estado. Ocorre que o principal produto da economia era o café e o destino de nossa economia até 1930 a ele estava atrelado. Sim, o grupo hegemônico era a oligarquia paulista, mas o seu ganho com as tendências da gestão da economia no período era uma consequência de produzir a principal mercadoria na pauta de exportações do país. Somando-se ainda os fatos do setor cafeeiro tomar partido dos anseios do setor industrial e possuir os meios nada convencionais de se obterem votos (Fritsch, 1985: 341; Perssinotto, 1997: 62).

Uma das principais preocupações era imposta pelo funcionamento da economia: a ocorrência de quedas significativas nas exportações – não foram poucas as oscilações do período. Fritsch (1990) assinala que:

“a dinâmica de ajuste do balanço de pagamentos do Brasil sob o padrão ouro segue muito de perto o sugerido no estudo pioneiro de Ford (1962) sobre a Argentina, sendo em grande medida dominado pelo comportamento da conta de capital” (p. 69-71).

Desta forma o autor prosseguirá analisando que o padrão-ouro foi adotado sempre que o capital forâneo procurou o país com maior intensidade. E destaca a ação passiva do Estado sob essas condições, fazendo pouco para impedir os aumentos de oferta de moeda causada pela chegada do ouro estrangeiro – que chegava por duas principais vias: aumento das exportações e investimento financiado pelo setor externo – e, destarte, entregando o controle do balanço de pagamento ao efeito do concomitante acréscimo da renda: o crescimento das importações, já que havia pouca concorrência aos produtos fabricados fora do país.

Ocorria, então, o aumento da dependência ao setor externo e aos setores ligados a ele (como o exportador). Quando os ventos mudavam e os capitais fugiam ocorria – para desespero da economia brasileira – uma forte restrição de crédito, causada pela grave situação do balanço de pagamentos, uma vez que as exportações entravam em queda mais rapidamente que as importações (Sarreta, 1997: 231).

É fácil notar que as principais decisões da época nem sempre agradaram ao setor industrial. Este sofria muito com as reduções da renda interna nesses períodos e via o crédito bancário (ainda que restrito) ser utilizado em sua esmagadora maioria para pagar as dívidas de curto prazo do Tesouro Nacional, ao invés de criarem-se mecanismos de empréstimo para o desenvolvimento das indústrias nascentes.

A então recém-criada Carteira de Redesconto foi mais utilizada pelo Tesouro do que propriamente pelos demais bancos. Segundo dados fornecidos por José Maria Whitaker, destacados por Saes,⁴ aproximadamente 90% da caixa de Redescontos no ano de 1921 corresponderam à utilização do setor público!

Já o setor de exportações esteve em posição mais privilegiada, sendo que uma das bases da política econômica no período foi a defesa do café, sempre havendo as preocupações de como ela deveria ser realizada e quem deveria realizá-la.

O segundo plano de valorização do café ocorrido no biênio 1917/18, foi um sucesso, reforçado por uma forte geada em 1918, resultando numa disparada dos preços e em uma enorme arrecadação federal e estadual. O sucesso desse plano levou à realização de um terceiro plano (no triênio 1921/23), que também conseguiu manter o patamar dos preços do produto. Isso leva a oligarquia paulista a clamar por um plano de defesa permanente, formulado entre 1924 e 1926. Com todo esse mecanismo de proteção, a produção aumenta em 50% na década (Cano, 1997: 244).

(4) Cf. Saes (1997: 204) e Whitaker (1978: 106-107).

No governo Arthur Bernardes (1922/26) a questão é resolvida. Preocupado com o desajuste das contas públicas, estabelecem-se os armazéns reguladores⁵ e determina-se que a “defesa do café” seria de responsabilidade do governo do estado de São Paulo, que a realizaria através do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café. Foi esse o órgão responsável pelo esquema que, em 1923/24, teve sucesso e manteve os preços em níveis elevados até 1927.

Dessa forma, podemos concluir que as duas principais preocupações da gestão econômica dos anos em questão foram o ajuste das contas públicas e a defesa do preço do café, elemento de vital importância para geração de renda e, conseqüentemente, imprescindível para a ampliação das importações – fornecedoras do aporte financeiro do Estado dentro da política fiscal vigente na década de 20.

Embora os anseios do setor industrial fossem atendidos, como, por exemplo, no Governo Washington Luís – quando houve desvalorização, obteve-se a ampliação do mercado devido à baixa dos preços internos relativamente aos importados (embora, logo após, com a crise do biênio 1928/29 a política voltasse a ser restritiva) – eles não eram a prioridade da política que regeu os anos compreendidos entre o pós-Primeira Guerra e a Revolução de 1930.⁶

A década de 20 – o desenvolvimento do setor de serviços e da estrutura urbana em São Paulo

Os anos 20 foram marcados pela urbanização e pelo crescimento da Economia Urbana. A cidade de São Paulo passa de 579 mil habitantes para cerca de 900 mil, ao final da década, e sua força trabalhadora industrial já atingia 160 mil operários (Cano, 1997: 246).

A eletrificação acompanhou esse processo e expandiu sua área de abrangência, o que foi acompanhado pelo avanço técnico na construção de usinas e pelo início da formação das redes de distribuição. As hidrelétricas superaram as

(5) Os armazéns reguladores funcionariam para abrigar a produção retida, sendo que os custos de entrega, embarque para a exportação com os adiantamentos conseguidos pelos fazendeiros junto a comissários ou na rede bancária. (Fritsch, 1990: 51).

(6) Cf. Sarreta (1997: 225-233) e Fritsch (1990: 50-62).

termelétricas ao final da Grande Guerra, quando houve uma drástica redução nas importações de carvão.

Os entraves de natureza técnica – como a dependência da proximidade de quedas d'água – seriam superados em meados da década, o que não só agilizaria o processo de eletrificação urbana como impulsionaria a utilização da energia elétrica como força motriz nas fábricas. Essa superação é consolidada em 1926, com a construção da Usina Henry Borden, resultado da modernização da Light – uma das principais fornecedoras de energia elétrica da cidade de São Paulo à época – o que resolveu muito dos problemas de geração.

O ano de 1926, através do fato mencionado, além de libertar-se das limitações geográficas, passa a desenvolver um padrão técnico que possibilitava uma melhor comercialização (através da divisão e boa transmissão para os padrões da época), que não se limitava ao perímetro urbano de São Paulo, avançando interior a dentro com a expansão das indústrias nacionais (De Lorenzo, 1997: 169-179).

As indústrias tenderam à concentração, fato exemplificado pela compra em 1927 das empresas nacionais pela *American Foreign Power Co.* (AMFORP), enquanto a São Paulo Light não media esforços para expandir sua área de concessão pela capital e seus entornos. Ao final da década, essas duas companhias dominavam o setor no território paulista. Os investimentos não cessavam, pois a indústria da eletricidade se encontrava em um estágio de retornos crescentes de escala, portanto, buscava-se o consumidor incessantemente. A Light ampliava sua área de atuação investindo nos bondes, fato que na época causava contestação, pois a urbanização seguia os bondes, sem permitir um mínimo planejamento (De Lorenzo, 1997: 169-179).

No que diz respeito aos bancos, criavam-se alguns mecanismos para dinamizar a sua atuação. Criou-se a compensação de cheques, o que foi feito a partir de uma Câmara de Compensação, que passou a valer em 1921. Permitiu-se assim, a redução da proporção de caixa dos bancos, os lançamentos contábeis passaram a substituir a movimentação em espécie.

No mesmo ano, fortificam-se mecanismos de fiscalização dos bancos e casas bancárias. A fiscalização ficaria a cargo da Inspeção Geral dos Bancos. A

atividade bancária passava a ter suas características reconhecidas e receber atenção exclusiva. Determinou-se que as instituições com capital superior a 500 contos seriam chamadas “bancos” e os locais onde se verificava um capital inferior a tal quantia denominar-se-iam “casas bancárias”.

Outra instituição de igual importância foi a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, criada em 1920, com poder liberatório e prazo máximo de cinco meses à taxa de 6% ao ano. Os bancos com capital superior a cinco mil contos de réis poderiam recorrer a ela. Paralelo a isso, discutia-se a ação do Banco do Brasil como um Banco Central, ou seja, com poderes de emissão.

A base econômica continuava fincada sobre o café, porém, por se tratar de anos de diversificação, houve o esboço de novos contornos. A diversificação da agricultura e os investimentos urbanos em indústria, serviços e comércio são áreas bastante favoráveis às ações desses bancos. No que tange ao setor secundário da economia, os investimentos provenientes da atuação bancária se davam tanto nos setores antigos – têxtil e alimentício – quanto nos novos estabelecidos na década – insumos industriais, celulose, cimento e química.

Em suma, o período se caracterizava pelo fortalecimento da economia urbana – como dito anteriormente – com mais um novo componente: a maior complexidade das ações no interior (Saes, 1997: 201-205).

Em 1928, o sistema bancário do estado paulista se dispunha da seguinte forma: os bancos estrangeiros respondiam por 24,4% da participação nos depósitos, 71,6% era a fatia dos bancos nacionais da capital, e os bancos nacionais do interior se apoderavam de 4% do montante dos depósitos (Saes, 1997: 208).

Embora a participação dos pulverizados bancos nacionais seja maior, eles se desenvolviam à custa dos bancos estrangeiros. O papel desses bancos, sem dúvida nenhuma, não pode ser negado. Eles não fugiam à tradição paulista de criação de circuitos comerciais voltados ao mercado interno. Todavia, havia a limitação imposta pelos altos encaixes. Esses altos encaixes também implicavam preferência do público pelos bancos estrangeiros, que possuíam maior capital disponível e, portanto, maior credibilidade.⁷

(7) Cf. Saes (1997: 210-212) e Whitaker (1921: 8).

Devemos então destacar, sob a óptica de duas importantes atividades do setor terciário da economia, que a década de 20 foi de crucial importância em nossa história.

Do ponto de vista do setor elétrico, seguiu-se a tendência de consolidação da economia paulista com a criação de mercado de trabalho e de consumo. A eletrificação paulista, marcada pela modernização capitalista e urbanização que o país viveu, expandiu-se e através da instalação de centrais de grande porte e barragens, adequou-se à realidade exigida pelos novos caminhos de nossa economia (De Lorenzo, 1997: 184).

Já se aprofundando no setor bancário, viu-se que este acompanhou a diversificação da economia, relacionando-se às atividades recém-nascidas e tiveram suas especificidades reconhecidas pelas autoridades. Entretanto, continuaram com ações limitadas pelos altos encaixes a que eram obrigados. Não distante desse problema, pregava-se a criação de um Banco Central que, entre outras funções, não ignorava a função de prestador, dando maior liquidez ao sistema (Saes, 1997: 215-216).

A década de 20 – a indústria

De acordo com Versiani (1987: 7-13): o pós-Grande Guerra e a década de 20 têm reconhecimento entre grandes autores – Roberto Simonsen, Dorival Vieira, Villela e Suzigan, Celso Furtado e Wilson Cano – como um período marcado pela diversificação industrial.

Ocorrem divergências entre eles quanto à forma do crescimento da indústria no período (alguns acreditam em estagnação, outros em crescimento contínuo e outros em crescimento aos saltos). Contudo não se descartam os efeitos positivos no período seguinte, ou seja, no pós-Revolução de 1930.

Ainda segundo Versiani (1987: 7-13), a crise de 1929 acelera a transição do modelo agrário-exportador, porém é errôneo afirmar que o início reside ali. Ainda ressalta que interpretações “neocepalinas” destacarão um caráter da desvinculação do processo de acumulação do café, surgindo, portanto, um novo padrão de acumulação. Porém, conforme o autor, o importante é: o colapso do setor

cafeeiro não se configura com a causa direta desse surgimento, mas certas modificações ligadas a esse acontecimento.

Os três fatores que mais influenciaram na atividade industrial do período sem dúvida foram a política monetária – especialmente a taxa de câmbio, a política fiscal e o comportamento do setor cafeeiro.

Começemos pela política fiscal. Como já citado anteriormente, a estrutura não atendia os interesses da indústria: onerava compra de bens de capital devido às altas tarifas alfandegárias e incentivava as importações de bens finais, devido ao crucial papel na arrecadação, fomentando a concorrência com o exterior. Nota-se então uma necessidade de reformas, fato que não ocorreu durante esses anos.

Quanto ao comportamento do café, na década de 20 vê-se o amparo a essa produção por meio de uma política de valorização bem-sucedida. Em consequência, os preços externos se estabeleceram em altos níveis, com queda nos anos de 1921 e 1922. Porém, foram geradores de receitas sem precedentes entre 1924 e 1929 (Versiani, 1987: 41-44).

Como já ressaltado, o bom desempenho das vendas da planta no mercado internacional garantia duas coisas fundamentais ao setor industrial: renda interna (demanda) e divisas para a aquisição de bens de capital. Dessa maneira, enquanto a acumulação estivesse atrelada ao setor exportador, a indústria precisaria que a atividade cafeeira obtivesse bons rendimentos (ou pelo menos momentos destes).

Numa contradição, o setor secundário também necessitava de momentos de crise na lavoura. É que, nessas horas, a atividade industrial passava a ser mais interessante no complexo cafeeiro e as inversões passavam a se dar nessa parte da economia. A indústria de bens finais não-duráveis era uma alternativa tradicional e com mercado e mão-de-obra obtidos da mesma maneira: imigrantes (explicitou-se anteriormente, ao citar-se a crise agrária no fim do século XIX, a importância desses).

Para explicar como as indústrias se aproveitavam dessas crises, menciono a queda drástica que o valor do mil-réis apresenta de 1919 a 1923 – período em que a

libra-esterlina tem seu valor triplicado em relação à moeda nacional – devido à queda do preço do produto da lavoura cafeeira nesse período.

Nota-se que, ao defender a renda do setor exportador, defende-se uma renda que irá beneficiar a produção de manufaturados. Os preços relativos dos importados ficam mais caros e potencializa-se o consumo em favor dos produtos nacionais.

Wilson Cano destaca o caminho tomado pela indústria paulista – escolhida por ser a mais expressiva do país – no decênio 1918/28 através da Tabela 1:⁸

Tabela 1
Índice da produção física do estado de São Paulo
(base: 1920 = 100)

	Índice A (10 produtos)	Índice B (Índice A, exclusive tecidos de Algodão)
1918	78,7	78,6
1919	93,0	92,3
1921	102,5	99,9
1922	114,7	113,5
1923	188,1 ^(a)	136,4
1924	131,6	137,1
1925	118,1	123,5
1926	130,2	131,8
1927	144,1	168,6
1928	169,1	215,7

^(a) O alto volume da produção de tecidos de algodão é o responsável por esse elevado crescimento.

Fonte: Cano (1998: 199).

Diante dos dados apresentados na Tabela 1 também se pode inferir que a indústria têxtil algodoeira teve um crescimento menos linear que as demais indústrias – excluídos os anos já ressaltados (1924/26) –, tomando-se o cuidado de lembrar que a indústria dos tecidos de algodão já possuía uma certa idade e,

(8) O autor usou como Índice A os seguintes produtos: quatro tipos de tecidos, calçados, chapéus, cerveja, álcool e aguardente, açúcar e carnes refrigeradas. O segundo exclui desses produtos, os tecidos de algodão; os produtos do Índice B representavam 30,6% da produção paulista em 1919, e o Índice A totalizava 52% da mesma. O autor prefere a utilização dessa tabela como um indicador da tendência da indústria na época.

portanto, os investimentos em anos anteriores não poderiam ser descartados, para entender uma certa lógica de estagnação em alguns momentos. Já as demais indústrias do setor têxtil possuíam produção pouco significativa nos anos antecedentes à Grande Guerra e, destarte, implicava-se maior necessidade de investimento.

Em relação ao setor alimentício, “a substituição de importações” atrasada é realmente o fator determinante no seu crescimento. Concomitante a essa substituição, não podemos deixar de destacar a sofisticação alimentar exigida pelo processo de urbanização (Cano, 1998: 198-208). Os setores escolhidos na Tabela 1 produziam aproximadamente 50% (p. 198) da produção no período. Enfatiza-se com esse número a importância do setor de bens de consumo não-duráveis no período.

A Tabela 1 não ressaltou os passos do setor de bens intermediários da indústria. A produção desses bens necessitava da libertação de entraves tecnológicos, da redução de custos, da adequação de tamanho e da definição do volume de investimentos.

Apenas com uma política econômica favorável à liberação desses obstáculos é que essa parcela da indústria poderia deslanchar. Foi o que começou a ocorrer nos dez anos posteriores à Primeira Guerra Mundial.

Isenções de impostos, subsídios para transportes de matérias-primas e bens de capital e concessão de empréstimos – no que se destaca o privilégio do setor do aço – foram as principais medidas que acabaram por acelerar o processo de crescimento de partes mais complexas do setor secundário da economia.

Os custos foram sanados. Além disso, outro problema foi resolvido: a energia elétrica (barata e altamente disponível) passava a ser adotada como padrão de força motriz, dinamizando significativamente a produção.

“O período marca um grande salto quantitativo e qualitativo no crescimento da indústria paulista, que, precoce e incipientemente, implementa pequeno compartimento produtor de bens de capital (cimento, por exemplo), de insumos mais complexos (farmacêutica e química), diversificando em certa medida sua produção de bens de consumo” (De Lorenzo, 1997: 179-183).

destaca Helena de Lorenzo (p. 180) e que não descarta o papel da eletricidade:

“Em todos os casos, de um modo geral, a disponibilidade de energia elétrica atuou como fator de maior flexibilidade no tamanho das plantas industriais condicionando, desde a década de 20, em alguns casos, a própria localização industrial” (p. 183).

Com toda essa destruição de entraves, os exemplos do desenvolvimento de indústrias de bens intermediários não são poucos, e muitas delas tiveram sua origem em oficinas de conserto – dada a necessidade de um setor como esse no período da Grande Guerra. Casos como o da Villares (1920) no ramo de elevadores, da Dedini (1929) – produzindo equipamento para indústria de açúcar e álcool – e da Lorenzetti (1923), especialista em materiais elétricos, exemplificam essa afirmação (Versiani, 1987: 65).

A instalação da Belgo Mineira, no ano de 1921, deve ser destacada como um importante fator para a expansão da produção de bens de capital do período. Localizada fora do estado de São Paulo como o próprio nome indica, a empresa entrou no mercado adquirindo uma pequena companhia nacional e se tornou responsável por 50% da produção de aço no país (Cano, 1998: 200). Destaca-se, também, o caso do cimento que apresentava predominância do capital estrangeiro – a Cimento Portland produzia o equivalente a 15% do consumo nacional em 1929 (Cano, 1998: 200).

O setor externo também contribuiu, em grande parte, para a maior complexidade da indústria brasileira no período entre a Primeira Guerra e a Crise de 1929: empresas como a General Electric (1919), a RCA (1919), a IBM (1924), a Ericsson (1924), a Philips (1925) e a Pirelli (1929) são destaques, antecipando as tendências dos anos próximos à Segunda Guerra (e durante essa), que assistirão à invasão por parte de algumas transnacionais. A GM e a Ford também chegaram ao Brasil durante os anos 20. Com a proteção tarifária da época, passava a ficar mais interessante produzir no solo brasileiro (Versiani, 1987: 70).

Conforme dito anteriormente, o caráter da relação indústria-lavoura no complexo cafeeiro era contraditório (altas nas exportações eram necessárias para importar bens de capital e as baixas para desviar o potencial de consumo e as expectativas de investimento para o setor manufatureiro). Esse antagonismo também era expresso através do relacionamento com a política cambial adotada no período.

Contrações da base monetária, como as de 1924/26 – época em que o café apresentava bons resultados – durante o governo Arthur Bernardes (queda de aproximadamente 32% no valor da libra)⁹, ao mesmo tempo em que desestimulavam a produção nacional, devido à baixa dos preços relativos importados, estimulavam os investimentos, sejam eles exigidos para a reposição do parque industrial – como nesse caso – sejam eles necessários para a expansão do mesmo.

Veja como se deram as compras de máquinas para a indústria têxtil no período:

Tabela 2
 Importações de máquinas e acessórios para a indústria têxtil
 (em toneladas)

Anos	Máquinas (exclusive teares)		Máquinas e acessórios (total)	
	São Paulo	Resto do país	São Paulo	Resto do país
1920	1198	1973	1603	2659
1921	2368	2790	2822	3473
1922	2687	2274	3222	3413
1923	3958	2708	4833	4005
1924	3613	4998	4313	5879
1925	6987	8653	7848	10011
1926	3212	5310	3796	6634
1927	1787	3241	2362	4382
1928	2242	2493	2915	3329
1929	1364	1998	2036	2611

Fonte: Cano (1998: 294).

Daí, nota-se que o pico de investimentos na indústria mais expressiva do parque brasileiro no período – a têxtil algodoeira – se dá no ano de 1925, justamente no período de maior valorização da moeda junto à libra esterlina, ficando assim provada a necessidade de períodos de alta do mil-réis para a expansão ou reposição do setor industrial brasileiro (especificamente a parte baseada no capital nacional) durante a década de 20.

9 Cf. Versiani (1987: 41-44).

No entanto, a valorização não poderia durar por muito tempo – daí a necessidade de crises do café – para que os bens importados não conseguissem concorrer firmemente com os nacionais. Ressalte-se que os períodos em que mais se comprou máquinas foram exatamente períodos de menor crescimento na produção das indústrias de bens finais. (A facilidade de compras no mercado exterior atingia também os concorrentes da indústria nacional com as valorizações do mil-réis que ocorreram nesses anos.)

Como se vê, o período de 1918/28, sem dúvida ficou marcado pela diversificação e crescimento industrial (com destaque para o setor de bens de consumo não-duráveis) – ainda que a atividade não fosse a facção da economia de maior importância na acumulação de capital –, onde foram fincadas as bases de modernização com o aparelhamento dado pelo setor bancário, elétrico e pela ação estatal que, através de algumas ações, possibilitou a maior complexidade de ações da classe industrial no Brasil.

Conclusão

Uma nação, que assistirá a uma revolução no ano de 1930 e verá classes urbanas com maior peso político, certamente vive uma idade em que as forças para esses processos são solidificadas. A década de 20 apresentou inversões significativas no setor industrial, foi palco do desenvolvimento quantitativo e qualitativo das cidades (haja vista que, para a industrialização, necessitou-se de mão-de-obra mais próxima e de energia elétrica padronizada), incrementou as classes urbanas e resultou em um país, no mínimo, mais complexo. Ou, como diriam os grandes autores que estudaram a época: um Brasil moderno.

Bibliografia

ABREU, M. P. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: _____. (Org.). *A ordem do progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 70-104.

- ABREU, M. P.; BONELLI, R., MALAN, P. S., PEREIRA, J. E. C. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980. (Relatório de Pesquisa, n. 36).
- CANO, W. Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929. In: COSTA, W. P., DE LORENZO, H. C. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 235-254.
- _____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.
- DE LORENZO, H. C. Eletricidade e modernização em São Paulo na década de 1920. In: COSTA, W. P., DE LORENZO, H. C. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 159-184.
- FRITSCH, W. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, IPEA/USP, v. 15, n. 2, p. 341, maio/ago. 1985.
- FRITSCH, W. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 70-104.
- GRANZIERA, R. G. *Engagement of war and economic planning in Brazil 1942-1955*. Paris: Editions ESKA, 1998. (Enterprises et Histoire, n. 19).
- _____. O Brasil depois da Grande Guerra. In: COSTA, W. P., DE LORENZO, H. C. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 135-142.
- PERSSINOTTO, R. M. Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920. In: COSTA, W. P., DE LORENZO, H. C. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 37-70.
- REIS FILHO, N. G. Culturas e estratégias de desenvolvimento. In: COSTA, W. P., DE LORENZO, H. C. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 143-157.

- SAES, F. Crescimento e consolidação do sistema bancário em São Paulo na década de 1920. In: COSTA, W. P., DE LORENZO, H. C. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 197-216.
- SARRETA, F. A política econômica na década de 1920. In: COSTA, W. P., DE LORENZO, H. C. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 217-233.
- VERSIANI, F. R. *A década de 20 na industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987. (Série PNPE, n. 14).
- WHITAKER, J. M. *Relatório da Diretoria do Banco do Brasil*. 1921.
- _____. *O milagre da minha vida*. São Paulo: Hucitec, 1978.